RELATÓRIO TÉCNICO E DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC

Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Controle Interno

Publicação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Região do Grande ABC - março de 2019.

Paulo Henrique Pinto Serra
Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Prefeito de Santo André

Adler Alfredo Jardim Teixeira
Vice-presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Prefeito de Ribeirão Pires

Edgard Brandão Junior
Secretário Executivo

Eduardo Barros de Moura
Diretor Jurídico, Administrativo e Financeiro

Ricardo Maciente Costa
Procurador

Adriana Maria da Costa Ferreira
Chefe de Controle Interno

Gabriela Auricchio Silva Pires
Oficial de Gabinete da Secretaria Executiva

Caio Cesar Benício Rizek
Assessor Técnico da Secretaria Executiva

Marcos Eduardo Meirelles Chagas
Assessor Contábil

Cadu Proieti
Assessor de Comunicação

Ludmila Santana de Vallejo
Assessora Administrativa

Mauricio Gama Malcher de Carvalho Filho
Assessor de Programas e Projetos

Juliana Cavasini da Silva
Coordenadora de Programas e Projetos

Lívia Stefânia Rosseto
Coordenadora de Programas e Projetos

Maria Gracely Batista Marques
Coordenadora de Programas e Projetos

André Vitório Frigato
Coordenador Administrativo

Marcos Kenji Higuti
Coordenador Financeiro

Aparecida Martins Moreira
Analista de Recursos Humanos

Paulo Marcos da Silva Misael
Analista de Tecnologia da Informação

Marta do Nascimento Lima
Técnica de Banco de Dados

Rodolfo Cesar Lopes Albiero
Jornalista

Giordano Bruno Pachelli
Assistente Administrativo

Elaine Vicente Raia
Agente Administrativo

Elisângela Costa Faccine
Agente Administrativo

Lilian Latorre
Agente Administrativo

Maria Silvia Marin
Agente Administrativo

Renato Francisco Napoletano
Agente Administrativo

Arnaldo Emerson Bortulucce
Estagiário do CGE ABC

Pedro Paulo Oliveira Lopes
Estagiário da Diretoria Jurídica

Tayná Soares Zeneratto
Estagiária da Diretoria Jurídica

Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Avenida Ramiro Colleoni, 5 - Centro
Santo André - São Paulo
CEP 09040-160
(11) 4435-3555
www.consorcioabc.sp.gov.br
contato@consorcioabc.sp.gov.br
/ConsorcioABC

Sumário

1 - APRESENTAÇÃO **4**
2 - INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA **4**
3 - ENTES CONSORCIADOS **4**
4 - ESTRUTURA E QUADRO DE FUNCIONÁRIOS **5**
4.1 Estrutura Organizacional 5
4.2 Quadro de Pessoal em 31.12.2018: 5
5 - OS GRUPOS DE TRABALHO **7**
6 - ATIVIDADES REALIZADAS PELOS GRUPOS DE TRABALHO **8**
6.1 Atividades promovidas pelos Grupos de Trabalho 8
6.2 Atividades Realizadas pelas Entidades Conveniadas 11
6.2.1 Programa Casa Abrigo 11
6.2.2. Fortalecer O Sistema Regional De Saúde 14
7 - LICITAÇÕES REALIZADAS **15**
8 - ANÁLISE PATRIMONIAL **16**
8.1 - Balanço Patrimonial 16
8.2 - Demonstração das Variações Patrimoniais 21
9 - ANÁLISE FINANCEIRA **24**
9.1 - Balanço Financeiro 24
9.2 - Demonstração do Fluxo de Caixa 28
10 - ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA **32**
11 - CONCLUSÃO **39**
12 - ANEXOS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **40**

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES E RELATÓRIO TÉCNICO 2018

1 - APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao Art. 48, I das Instruções nº 02/2016 o Departamento de Controle Interno do Consórcio Intermunicipal Grande ABC apresenta o relatório de atividades desenvolvidas, contendo exposição sobre as demonstrações contábeis, seus resultados e as principais realizações no exercício de 2018.

2 - INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

Consórcio Intermunicipal Grande ABC - CIGABC é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público interno e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 58.151.580/0001-06.

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC possui sua sede localizada na Avenida Ramiro Colleoni, nº 05, Centro – Santo André/SP. O contato com o Consórcio pode ser realizado por meio do fone (11) 4435-3555 ou pela internet através do site www.consorcioabc.sp.gov.br e o email contato@consorcioabc.sp.gov.br.

3 - ENTES CONSORCIADOS

O CIGABC foi constituído por contrato, cuja celebração foi realizada após a subscrição do Protocolo de Intenções passando a integrar a administração indireta de cada um dos Municípios consorciados. Assim, a relação dos entes consorciados até a data de 31 de dezembro de 2018 apresentava a seguinte composição:

I - Município de Santo André, CNPJ nº 46.522.942/0001-30;

II - Município de São Bernardo do Campo, CNPJ nº 46.523.239/0001-47;

IV - Município de Mauá, CNPJ nº 46.522.959/0001-98;

V - Município de Ribeirão Pires, CNPJ nº 46.522.967/0001-34;

No final do ano de 2018 os Municípios de Rio Grande da Serra e São Caetano do Sul deixaram de ser ente consorciado, consoante Leis Municipal nº 2.263 de 06 de junho de 2018 e nº 5.694 de 27 de novembro de 2018 respectivamente.

4 - ESTRUTURA E QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

4.1 Estrutura Organizacional

4.2 Quadro de Pessoal em 31.12.2018:

CARGOS	Quantitativos				
	Cargos	Forma de Provimento		Quadro Atual	
	Existentes	Concursado	Comissão	Ocupado	Vago
Secretário Executivo	1		1	1	0
Diretor de Programas, Projetos e Banco de Dados	1		1	1	0
Diretor Jurídico	1		1	1	0
Diretor Administrativo Financeiro	1		1	0	1
Assessor de Comunicação	1		1	1	0
Assessor Técnico da Secretaria Executiva	1		1	1	0
Chefe do Controle Interno	1		1	1	0
Coordenador Administrativo	1	1		1	0
Coordenador Financeiro	1	1		1	0
Coordenador de Programas e Projetos	4	4		3	1
Procurador	2	2		1	1
Gestor de Políticas Públicas	8	8		1	7

CARGOS	Quantitativos				
	Cargos	Forma de Provimento		Quadro Atual	
	Existentes	Concursado	Comissão	Ocupado	Vago
Analista de Controle Interno	1	1		0	1
Analista de Dados Sócio Econômicos	1	1		1	0
Analista de Recursos Humanos	1	1		1	0
Analista de TI	1	1		1	0
Assessor Administrativo	1		1	1	0
Assessor Contábil	1		1	0	1
Assessor de Programas e Projetos	1		1	1	0
Jornalista	2	2		1	1
Oficial de Gabinete da Secretaria Executiva	1	1		1	0
Técnico de Banco de Dados	1	1		1	0
Técnico de Programas e Projetos*	3	3		3	0
Agente Administrativo	20	20		5	15
Assistente Adm. da Diretoria de Programas e Projetos*	1	1		1	0
Assistente Adm. da Diretoria Administrativa Financeira*	1	1		1	0
Recepcionista Telefonista*	0	0		0	0
TOTAL	**59**	**49**	**10**	**31**	**28**

5 - OS GRUPOS DE TRABALHO

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC é mantido com recursos oriundos dos municípios e sua atuação acontece a partir das atividades desenvolvidas pelos Grupos de Trabalho (GT), os quais estão detalhados a seguir:

- GT Assistência Social
- GT Assuntos Jurídicos
- GT Cultura
- GT Criança e Adolescentes
- GT Desenvolvimento Econômico
- GT Drenagem Urbana
- GT Educação
- GT Esporte
- GT Finanças
- GT Gênero
- GT Gestão de Riscos
- GT Habitação
- GT Igualdade Racial
- GT LGBT
- GT Meio Ambiente
- GT Mobilidade
- GT Pessoal com Deficiência
- GT Planejamento Urbano
- GT Políticas de Juventude
- GT Resíduos Sólidos
- GT Saúde
- GT Segurança Pública
- GT Trabalho
- GT Renda e Economia Solidária
- GT Turismo

6 - ATIVIDADES REALIZADAS PELOS GRUPOS DE TRABALHO

6.1 Atividades promovidas pelos Grupos de Trabalho

No atendimento de suas ações, os Grupos de Trabalho (GT) realizaram no ano de 2018 as seguintes atividades:

- **Curso de Gênero e Masculinidades:** O Consórcio realizou a terceira edição do curso "Gênero e Masculinidades". A iniciativa contou com o apoio da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e formou 21 homens que atuam no serviço público municipal da região. Ao longo de 20 encontros semanais, o curso contou com palestras, dinâmicas em grupo e troca de experiências entre os participantes com o objetivo de disseminar uma cultura contrária à violência doméstica.

- **Leis brasileiras de inclusão:** Técnicos e integrantes do GT Pessoa com Deficiência se reuniram com vereadores da região para debater a aplicação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e refletir sobre a garantia dos direitos das pessoas com deficiência nas cidades consorciadas. A legislação pretende assegurar e promover em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais a este segmento da população, visando à sua inclusão social e a garantia da Cidadania.

- **Maio Amarelo reforça ações em mobilidade:** Para o mês dedicado mundialmente a segurança no trânsito, conhecido como Maio Amarelo, o Grupo Temático Ações em Mobilidade articulou atividades voltadas para alunos das escolas da rede pública dos Municípios da região. As ações contaram com a presença do super-herói Mister Mão, protagonista das iniciativas de Educação no trânsito realizadas pelo Consórcio.

- **Mecanismos para captação de recursos:** O Consórcio promoveu uma qualificação Regional para captação de recursos para projetos culturais, em parceria com a Secretaria Estadual da Cultura organizado pelo GT Igualdade Racial, o encontro contou com duas palestras com o objetivo de promover a qualificação do poder público e da sociedade civil para participação em editais de captação de recursos. Os mecanismos de renúncia fiscal estiveram entre os principais temas abordados.

- **Mediação Social em Conflitos:** Em parceria com o ministério dos Direitos Humanos, o Consórcio realizou um curso de mediação social de conflitos. A formação capacitou agentes públicos para a identificação e prevenção de situações de racismo institucional, intolerância religiosa e xenofobia. O objetivo do encontro foi fomentar o diálogo entre agentes públicos, órgãos colegiados e administração pública para a sensibilização de todas as violações aos Direitos Humanos.

- **Congresso de Educação:** Iniciativa do GT Educação, o 1º Congresso Intermunicipal de Educação teve como principal Bandeira a discussão em torno da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). O evento foi realizado durante dois dias, com abertura em São Caetano do Sul e encerramento em São Bernardo do Campo. A programação incluiu palestras, atividades pedagógicas e painéis, com apresentações de trabalhos e oficinas voltadas para a formação e utilização dos professores da região.

- **Exposição Itinerante:** Ilustrações produzidas pelo artista plástico Elifas Andreato em seus mais de 50 anos de carreira integraram a exposição Itinerante "A Arte Negra na Cultura Brasileira", com passagem pelos seis municípios consorciados. A iniciativa ocorreu por articulação do GT Igualdade Racial. A mostra é organizada pela Assessoria de Cultura para Gêneros e Etnias, vinculada à Secretaria Estadual da Cultura. No ABC, a abertura da exposição aconteceu na sede da identidade regional.

- **Crianças e adolescentes em situação de rua:** Profissionais que trabalham com crianças e adolescentes em situação de rua se reuniram, na sede do Consórcio, para dois dias de formação e capacitação e o compartilhamento de informações. A formação regional teve como foco o Sistema de Garantia de Direitos no atendimento pelas administrações municipais. O evento foi organizado pelo GT Criança e Adolescente da entidade regional, em parceria com a Fundação Projeto Travessia.

- **Fórum de Memória e Patrimônio Cultural:** Com organização do Grupo Temático História e Memória, o Consórcio realizou o III Fórum Memória e Patrimônio Cultural do Grande ABC. O evento teve como tema "Construção do Património: múltiplas vozes" e ocorreu no auditório do Senac Santo André. A programação foi planejada para estimular o debate sobre o lugar do patrimônio nas cidades, a consulta pública e o inventário participativo na formação da memória urbana da região.

- **Setembro amarelo:** Como parte da campanha Setembro Amarelo, realizada no Brasil desde 2015, o Consórcio recebeu representantes do Centro de Valorização da Vida (CVV) para discutir ações de conscientização. Fundada em 1962, a associação filantrópica presta serviço voluntário e gratuito de apoio emocional, mantendo total sigilo e anonimato. O encontro contou com a participação de integrantes do GTs Educação, Pessoa com Deficiência, Políticas de Juventude, Saúde e do Grupo Temático Pessoa Idosa.

- **Orientação profissional para pessoas com deficiência:** O auditório do Consórcio recebeu oficina de orientação profissional para pessoas com deficiência. A capacitação foi realizada em parceria com a ONG AmanKay e o Ministério Público do Trabalho na região. A iniciativa teve como o conteúdo dicas de comportamento em entrevista e contou ainda com uma dinâmica de grupo para auxiliar os candidatos a se familiarizarem com o que acontece no mercado de trabalho.

- **Saúde de direitos das mulheres negras:** A necessidade de que as políticas públicas para a população negra sejam mais efetivas marcou o seminário "Saúde da Mulher Negra e Enfrentamento às Violações de Direitos", realizado no Consórcio. O evento contou com a organização do GT Igualdade Racial e participação da sociedade civil da região. As palestras incluíram temas como a importância de fomentar políticas que desconstruam e punam atos de racismo e violação de direitos contra as mulheres.

- **Vacinação contra febre amarela:** A partir do mote "Informe-se, programe-se, participe", o Consórcio mobilizou as seis cidades da região no esforço de combate à febre amarela. As ações incluíram um mutirão de vacinação nos dias úteis e nos fins de semanas em diversas unidades de saúde, a distribuição em pontos estratégicos de material informativo e a presença nas redes sociais com dicas e esclarecimentos sobre prevenção, restrições, sintomas e horários especiais de vacinação.

- **Descentralização da farmácia de alto custo**: O Consórcio encaminhou junto ao Governo de São Paulo o projeto de descentralização da farmácia de alto custo do Hospital Mário Covas em Santo André. A medida visa, por um lado desafogar a prestação desse serviço de distribuição, hoje centralizado no Mário Covas, e de outro, agilizar a entrega de medicamentos importantes para os pacientes da região, cabendo às prefeituras viabilizar transporte e locais adequados para esses medicamentos.

- **Revisão da lei específica da Billings:** Em reunião na Secretaria Estadual do Meio Ambiente, os prefeitos discutiram a revisão da Lei Específica da Billings. Entre os principais pontos debatidos, foi apontada a imprecisão observadas nos mapas das subáreas demarcadas, o que dificulta o cumprimento da própria lei. Com a revisão, Consórcio e prefeituras buscam mais eficiência na realização de benfeitorias nesses locais, de forma a atender os moradores e preservar a represa e seus mananciais.

- **Projetos do Plano Regional de Mobilidade:** Conclusão da Etapa 1 PAC Mobilidade (Termo de Compromisso com o Ministério das Cidades) para elaboração de projetos básicos de engenharia para corredores de transporte coletivo - GT Mobilidade Urbana; e início da Etapa 2 PAC Mobilidade (Termo de Compromisso com o Ministério das Cidades) para elaboração de projeto executivo do Centro de Controle de Operações – CCO - GT Mobilidade Urbana;

- **Formação Regional de Conselheiros Tutelares:** Em parceria com a Fundação Travessia, o Consórcio promoveu a III Formação Regional Continuada para Conselheiros Tutelares. Com a participação de representantes dos Conselhos Tutelares da região, a iniciativa abordou temas como violação e garantias de direitos, família e diversidade e importância do processo do fortalecimento na formação especializada no cuidado com a criança e

adolescente. As palestras aprimoraram a qualificação do trabalho prestado pelos conselhos tutelares.

- **Tecnologia e utilidade pública:** O Consórcio Intermunicipal Grande ABC, a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros e os agentes de trânsito desenvolveram, em parceria com a empresa contratada, o Alerta ABC, um aplicativo que acompanha as condições meteorológicas e a situação das vias públicas nas suas seis cidades, em especial, aquelas que usualmente apresentam problemas decorrentes dos grandes volumes de água.

- **Comitiva italiana é recebida no Grande ABC:** Os técnicos de Turim em visita ao Grande ABC, marcam a primeira rodada da cooperação entre o Consórcio Intermunicipal Grande ABC e a cidade de Turim, na Itália. Esse encontro produziu um documento preliminar com um diagnóstico de iniciativas que podem contribuir para melhorar a mobilidade na região.

- **Cooperação avança em Turim:** A segunda rodada da parceria entre o Consórcio Intermunicipal Grande ABC e a cidade de Turim teve como resultado a previsão de avanços na gestão, por meio de transferência da tecnologia e cooperação mútua para melhorar a mobilidade na região. O intercâmbio é realizado por meio do programa desenvolvido pela União Europeia, possibilitando aos seis municípios consorciados desenvolver programas de políticas públicas de forma integrada à cidade italiana, até 2020.

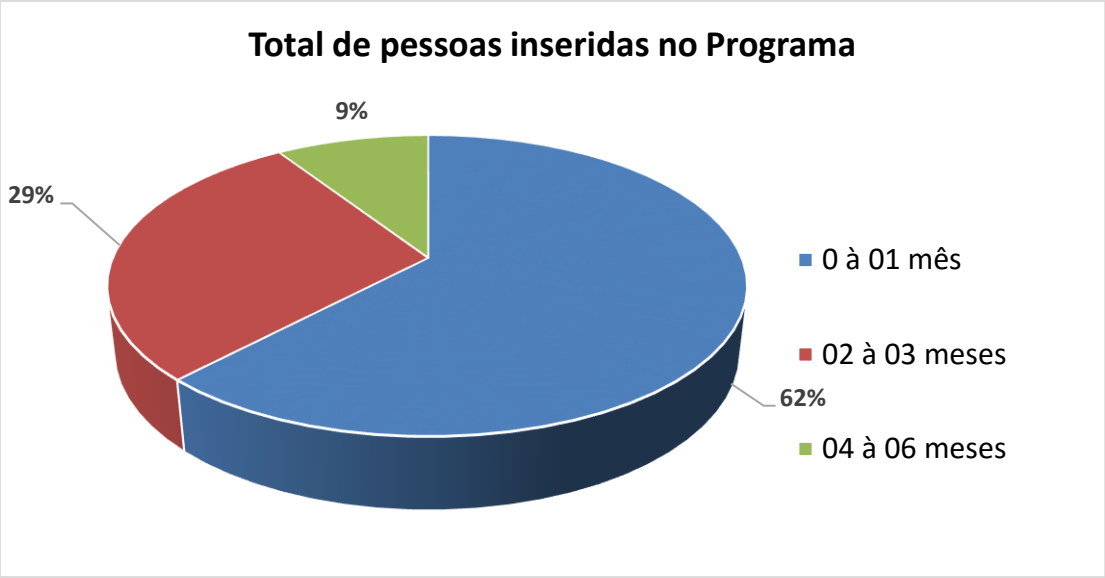
Fonte: Balanço Gestão 2017-2018

6.2 Atividades Realizadas pelas Entidades Conveniadas

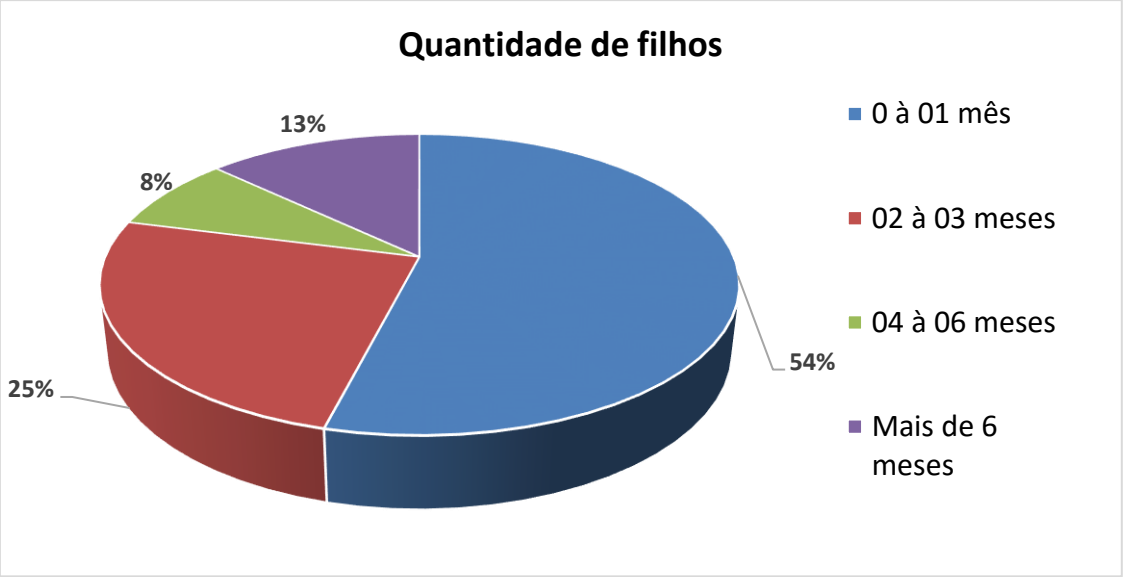
Consórcio Intermunicipal Grande ABC mantém 2 convênios celebrados junto às entidades do terceiro setor nas seguintes áreas de atuação: Saúde e Assistência Social.

6.2.1 Programa Casa Abrigo

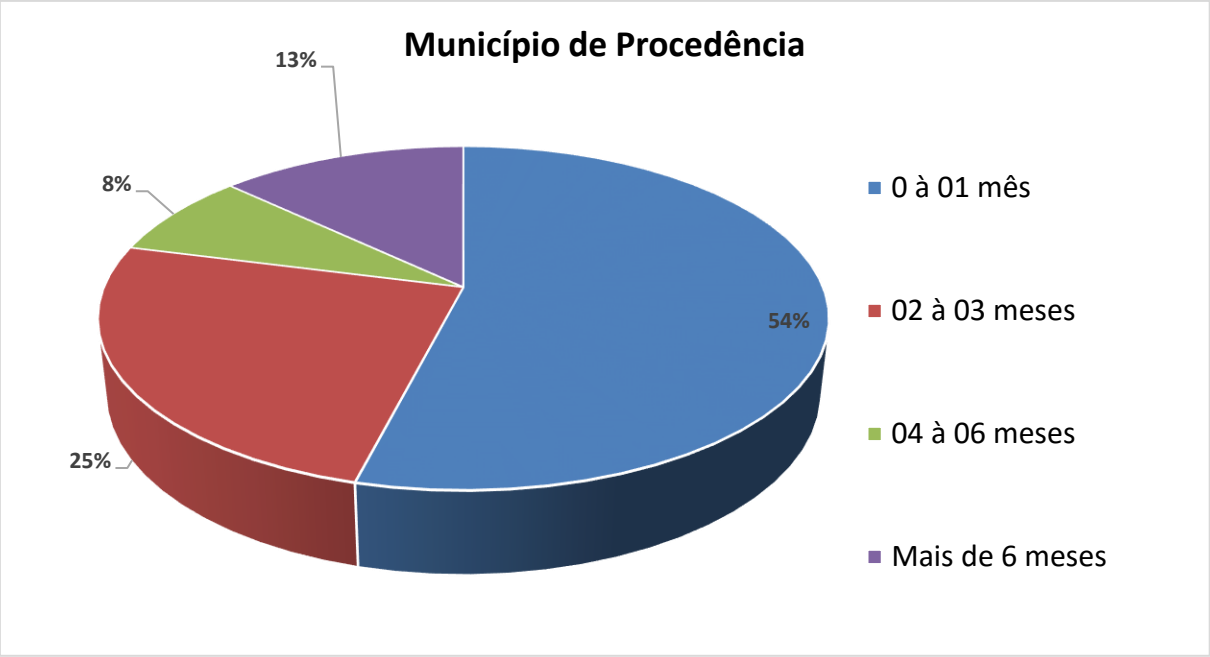
Tem como finalidade a execução do programa de acolhimento institucional para mulheres no âmbito regional do Grande ABC. Este programa faz parte da política nacional da Assistência Social que oferece acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. Obrigatoriamente deve assegurar sigilo quanto à identidade das usuárias e funcionar em articulação com rede de serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direito.
As ações deste programa são executadas pela Organização Social Samaritano São Francisco de Assis que em 2018 apresentou, entre outros, os seguintes dados de execução:



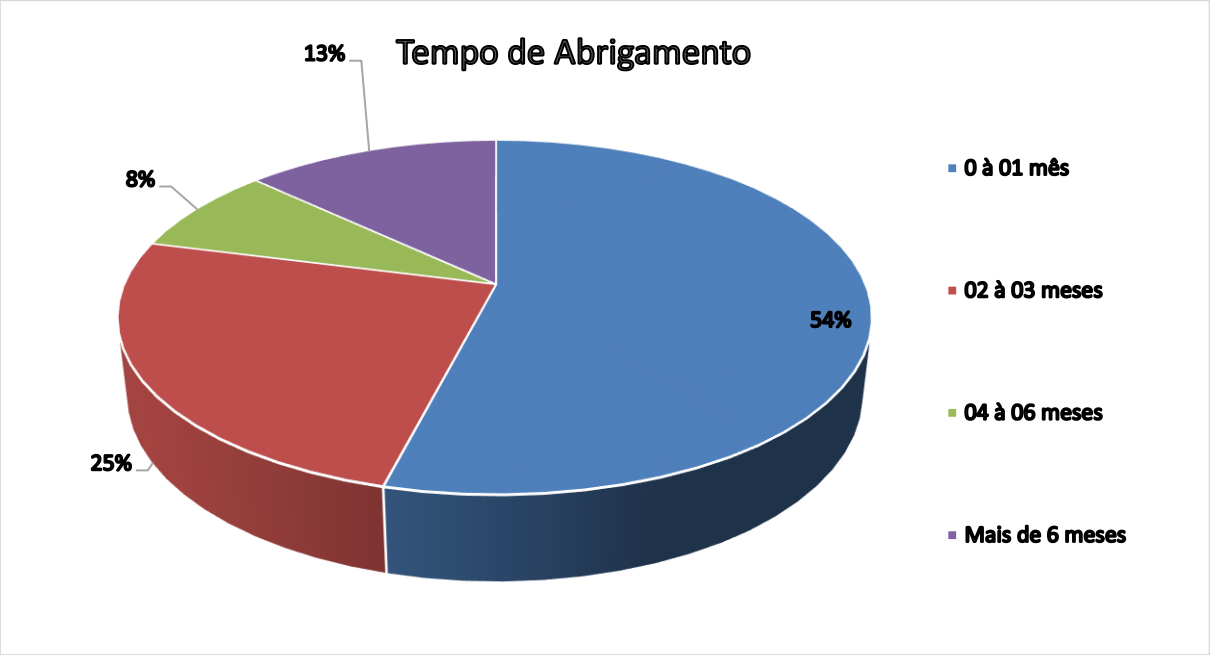
No ano de 2018, foram atendidas 48 mulheres, 66 crianças na faixa entre 0 e 11 anos e 06 adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos, totalizando 120 atendimentos ao longo do ano.



Das 48 mulheres atendidas, 06 delas (12%) não possuíam filhos, 38 tinham de 01 a 03 filhos, 8% delas tinham 4 filhos e duas mulheres estavam grávidas.



Os municípios que mais encaminharam mulheres para abrigamento foram Santo André e São Bernardo, ficando tecnicamente empatados com 29% cada, seguidos do Município de Diadema com 17%, Rio Grande da Serra com 11% e Mauá com 8%.



No ano de 2018, foram 54% dos abrigamentos em tempo médio de até 01 mês. E em 13% a média que ficou além do período de 06 meses.

6.2.2. Fortalecer O Sistema Regional De Saúde

Tem como finalidade promover políticas públicas de prevenção, proteção e vigilância. O Consórcio mantém convenio com a Fundação para o Estudo e Tratamento das Deformidades Crânio-Faciais – FUNCRAF, com o objetivo de apoiar financeiramente custeando parte do aluguel referente ao imóvel onde está instalada a subsede da Convenente em São Bernardo do Campo.

A Fundação realiza atendimentos nas áreas de Deficiência Auditiva e Fissura Lábio – Palatal.

Em dezembro/2018, a execução dos atendimentos ocorreu na seguinte conformidade:

DEZEMBRO/2018	AGENDADO	FALTOSO	ENCAIXE	TOTAL ATENDIDO	% FALTOSO/ TOTAL ATENDIDO	% FALTOSO/ TOTAL AGENDADO	TOTAL ATENDIDO/ AGENDADO
AUDITIVO	1.857	-644	144	1.357	47,5%	34,7%	73,1%
FISSURADO	1.004	-290	15	729	39,8%	28,9%	72,6%
TOTAL	2.861	-934	159	2.086	44,8%	32,6%	72,9%

A média de atendimentos, na unidade de São Bernardo do Campo, em 2018 está relatada no quadro abaixo. A linha (A) refere-se aos atendimentos na área de Deficiência Auditiva e a linha (B) refere-se aos atendimentos na área de Deficiência Fissura Labial.

Total de Pacientes Atendidos													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	**Total**
A	1.148	1.358	1.772	1.974	1.886	1.796	1.899	2.170	1.666	1.924	1.695	1.357	**20.645**
B	594	871	1.021	1.001	878	912	967	1.120	813	939	924	729	**10.769**
Total	1.742	2.229	2.793	2.975	2.764	2.708	2.866	3.290	2.479	2.863	2.619	2.086	**31.414**

A média dos atendimentos no ano foi de 20.645 para a área deficiência auditiva e 10.769 na área de Fissura Labial.

7 - LICITAÇÕES REALIZADAS

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC, no exercício de 2018, publicou 4 licitações na modalidade PREGÃO, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal, conforme o quadro demonstrativo abaixo:

PREGÃO Nº 004/2018				
Objeto da licitação: Registro de preços para fornecimento de Coffee Breaks.				
Nº	**Modalidade**	**Data da Sessão**	**Tipo**	**Status**
071/2018	Pregão Presencial	10/10/2018	Compras e Serviços	Finalizado
PREGÃO Nº 003/2018				
Objeto da licitação: Registro de preços para prestação de serviços de agenciamento sistematizado de viagens corporativas, traslados, reservas e hospedagens para as necessidades do consórcio intermunicipal grande ABC.				
Nº	**Modalidade**	**Data da Sessão**	**Tipo**	**Status**
97/2017	Pregão Presencial	28/09/2018	Compras e Serviços	Suspenso
PREGÃO Nº 002.2018				
Objeto da licitação: Contratação de empresa jornalística para publicação dos atos e notícias oficiais do consórcio intermunicipal grande abc.				
Nº	**Modalidade**	**Data da Sessão**	**Tipo**	**Status**
80/2017	Pregão Presencial	06/02/2018	Compras e Serviços	Suspenso
PREGÃO Nº 001.2018				
Objeto da licitação: Contratação De Prestação De Serviços De Gestão De Recursos Humanos, Incluindo Recrutamento, Seleção, Contratação E Remuneração De Docentes E Monitores Para Ministrarem Aulas Nos Cursos Do Centro Regional De Formação Em Segurança Urbana – CRFSU Voltados Para Guardas Civis Municipais, Agentes De Trânsito E Agentes Da Defesa Civil Dos Municípios Consorciados Que Compõe O Consórcio Intermunicipal Grande ABC.				
Nº	**Modalidade**	**Data da Sessão**	**Tipo**	**Status**
022/2017	Pregão Presencial	30/01/2018	Compras e Serviços	Revogado

A publicação geral dos resultados das licitações realizadas pela Comissão Permanente de Licitação – COPEL foi disponibilizada no menu “Licitações” no site do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

Por fim, informamos que não foi realizada Dispensa de Licitação, bem como nenhuma contratação por Inexigibilidade nos termos do art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93.

8 - ANÁLISE PATRIMONIAL

Este Relatório inclui as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), apresentadas de forma consolidada, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP 7ª edição e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCTSP, compostas por:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;

A contabilidade do Consórcio Intermunicipal Grande ABC é feita no Sistema Ábaco Tecnologia de Informação Ltda e abrange os atos e fatos referentes à execução orçamentária e aos independentes da execução orçamentária.
Conforme dispõe o artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais.

8.1 - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da Instituição por meio das contas representativas do patrimônio público.

Os ativos e passivos são segregados em circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis (curto prazo/circulante) ou após 12 meses da data das demonstrações contábeis (longo prazo/não circulante).

O Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle);
- Quadro do Superavit/Deficit Financeiro.

Ativo

Ativos são recursos controlados pelo Consórcio como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, sendo classificados em circulante e não circulante com base na expectativa de realização.

Ativo Circulante

Compreende os ativos disponíveis para realização imediata ou que tenham expectativa de realização até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Sua composição é demonstrada na tabela a seguir:

Ativo Circulante	**21.306.095,48**
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.087.361,25
Créditos a Receber	8.149.475,05
Adiantamentos	30.384,61
Estoque	38.874,57

Caixa e Equivalentes de Caixa: Compreendem a soma dos valores em caixa e em bancos que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações do Consórcio. São mensurados ou avaliados pelo valor original. As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Este subgrupo representa 61,43% do Ativo Circulante.

Créditos a Receber: Os "Créditos a Curto Prazo" no valor de R$ 8.149.475,05 representam 38,25% do total do Ativo Circulante. A composição dos créditos de curto prazo é demonstrada na tabela e gráfico a seguir:

Municípios	Repasses 2018	Exercícios Anteriores	Saldo de Parcelamento
Santo André	R$ 2.271.366,58		
		R$ 1.398.840,00	
São Caetano do Sul	R$ 877.105,88		
		R$ 1.314.615,32	
			R$ 12.562,88
Mauá	R$ 977.073,44		
		R$ 329.358,00	
			R$ 427.448,04
Ribeirão Pires	R$ 242.408,23		
			R$ 182.706,48
Rio Grande da Serra	R$ 37.051,56		
			R$ 78.938,64
TOTAL	**R$ 4.405.005,69**	**R$ 3.042.813,32**	**R$ 701.656,04**

TOTAL GERAL	**R$ 8.149.475,05**

Adiantamentos: Adiantamentos concedidos e pendentes de baixa no sistema e representam 0,14% do Ativo Circulante.

Estoques: Compreendem os valores dos bens adquiridos pelo Consórcio com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades. Na entrada, estes bens são avaliados pelo valor de aquisição. O saldo de "Estoques" em 2018 é de R$ 38.874,57 e representa 0,18% do Ativo Circulante. O grupo Estoques é dividido em almoxarifado, materiais utilizados na manutenção dos serviços e gêneros alimentícios.

Ativo Não Circulante

Compreendem os ativos realizáveis após 12 meses da data das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. A composição do Ativo Não Circulante é demonstrada na tabela a seguir:

Ativo Não Circulante	**14.130.987,49**
Créditos a Receber a Longo Prazo	2.721.046,75
Dívida Ativa Não Tributária	10.278.029,34
Imobilizado	1.131.911,40

Créditos a Receber a Longo Prazo: Compreendem os valores a receber realizáveis no longo prazo referentes aos saldos de Parcelamentos a receber dos municípios de Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, bem como da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e representa 19,26% do Ativo Não Circulante.

Credores	Saldo de Parcelamento
Mauá	1.460.447,47
Ribeirão Pires	685.149,30
Rio Grande da Serra	78.938,64
Agência de Desenvolvimento	496.511,34
TOTAL	**2.721.046,75**

Dívida Ativa Não Tributária: Trata-se da inscrição em Dívida Ativa do Município de Diadema referente às cotas de repasses do Contrato de Rateio. Inscrição em Dívida Ativa no valor total de R$ 10.278.029,34 registrada no Livro de Inscrição PA nº 016/2018, referente às Cotas de Repasses do Contrato de Rateio na seguinte conformidade:

Ano	Principal	Correção	Juros	Total
2014	1.121.099,00	228.738,23	250.474,38	1.600.311,61
2015	3.963.060,10	37.953,08	117.145,23	4.118.158,41
2016	3.128.474,76	66.714,34	194.894,89	3.390.083,99
2017	1.111.360,00	13.944,60	44.170,73	1.169.475,33
Total	**9.323.993,86**	**347.350,25**	**606.685,23**	**10.278.029,34**

Imobilizado: Neste grupo estão registrados os valores referentes aos Bens Móveis no total de R$ 786.849,27 (mobiliários, equipamentos de informática e veículos) e Imóveis no valor atual de R$ 345.062,25 (benfeitorias em propriedade de terceiros, no caso, reforma anterior ao ano de 2016 da sede do Consórcio que é prédio cedido por ente consorciado - município de Santo André), totalizando este grupo, um valor de R$ 1.131.911,52.

Bens	Valor Inicial	Depreciação	Valor Atual
Móveis	968.681,78	-181.832,51	786.849,27
Imóveis	907.698,69	-562636,44	345.062,25
Total	**1.876.380,47**	**-744.468,95**	**1.131.911,52**

Passivo

Passivos são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a instituição saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Neste grupo estão relacionados os valores liquidados a pagar, bem como as consignações retidas.

Passivo Circulante

Compreende as obrigações exigíveis até 12 meses após a data das demonstrações contábeis, que atendam a um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando o Consórcio é fiel depositário, independentemente do prazo de exigibilidade.

A composição do Passivo Circulante é demonstrada na tabela a seguir:

Passivo Circulante	**1.165. 333.56**
Obrigações Trabalhistas	70.195,66
Demais Obrigações a Curto Prazo	117.064,41
Fornecedores e Contas a Pagar	978.073,49

Obrigações Trabalhistas: Trata-se de obrigações patronais liquidadas e não pagas em 31.12.2018. Este grupo corresponde a 6,02% do Passivo Circulante.

Demais Obrigações a Curto Prazo: Compreendem valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando o Consórcio é o fiel depositário. Este grupo corresponde a 10,05% do Passivo Circulante.

Fornecedores: Compreendem as obrigações junto a fornecedores de obrigações decorrentes da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, aluguéis e outros serviços de ação contínua. Este grupo que corresponde a 93,93% do Passivo Circulante, está detalhado a seguir:

Passivo Circulante	**978.073,49**
Consórcio ABCTECH	941.516,07
Sul América Seguros	3.379,56
Eletropaulo - Enel Distribuição São Paulo	3.598,25
Condomínio Le Quartier	1.314,79
Telefônica Brasil	2.703,19
SEMASA - Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André	782,15
Frente Nacional do Prefeitos	2.400,00
WCS – Wireless Com. Services Ltda	3.886,00
Ticket – Serviços S/A	14.030,15
Mazzoni – Soluções em Impressão EIRELI	2.600,00
Corp Travel - Viagens Corporativas	133,87
Germatel Telecomunicações Ltda	532,26
O Estado de São Paulo - Periódicos	837,20
Flash Impressão Digital	360,00

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro visa apresentar o Balanço Patrimonial conforme estabelecido no art. 105 da Lei 4.320/1964 e possui a seguinte estrutura:

Ativo Financeiro	13.087.361,25	Passivo Financeiro	6.982.857,00	**6.104.504,25**
Ativo Permanente	22.349.721,72	Passivo Permanente	0	22.349.721,72
Total do Ativo	**35.437.082,97**	**Total do Passivo**	**6.982.857,00**	**28.454.225,97**

Ativo Financeiro: compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente: compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro: compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

Passivo Permanente: compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Por este quadro, é possível apurar o **Superávit Financeiro** de R$ 6.104.504,25, resultante da diferença entre o Ativo Financeiro de R$ 13.087.361,25 deduzidos dos Passivos Financeiros de R$ 6.982.857,00 o qual é fonte para abertura de créditos adicionais para o exercício seguinte. O Saldo Patrimonial no valor de R$ 28.454.225,97 representa um **Ativo Real Líquido** que indica a supremacia do total dos valores de bens e direitos sobre o total das obrigações inscritas no Passivo.

Superávit Financeiro

Considera-se para a apuração do superávit financeiro a **diferença** entre o **Ativo Financeiro** (composto pelo saldo do Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro do exercício) e o **Passivo Financeiro** (composto pelas obrigações e os restos a pagar não processados).
Assim, o Consorcio chegou com um Superávit Financeiro na importância de R$ 6.104.504,25, sendo R$ 7.226.230,01 (Superávit) na Fonte Tesouro e R$ 1.121.725,76 (Déficit) na Fonte Federal, conforme demonstrado abaixo:

Fontes	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Saldo	Resultado
Fonte Tesouro	8.734.080,73	1.507.850,72	7.226.230,01	**Superávit Financeiro**
Fonte Federal	4.353.280,52	5.475.006,28	(1.121.725,76)	**Déficit Financeiro**
Total	**13.087.361,25**	**6.982.857,00**	**6.104.504,25**	**Superávit Financeiro**

8.2 - Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. As alterações verificadas no patrimônio podem ser qualitativas ou quantitativas. As variações qualitativas são aquelas decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. As variações

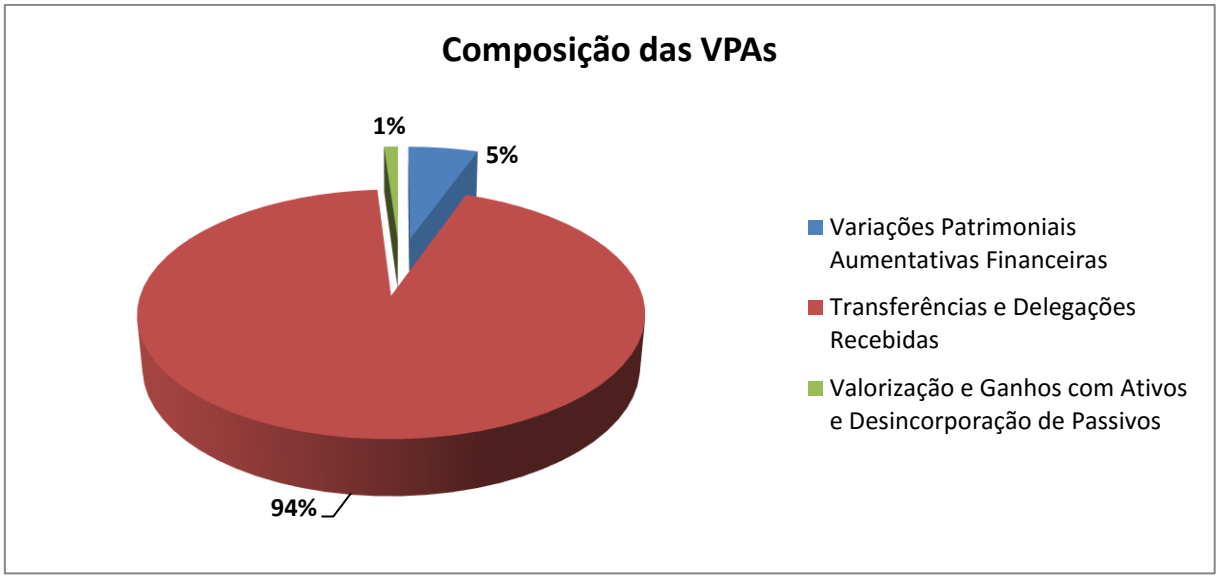
quantitativas são aquelas decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

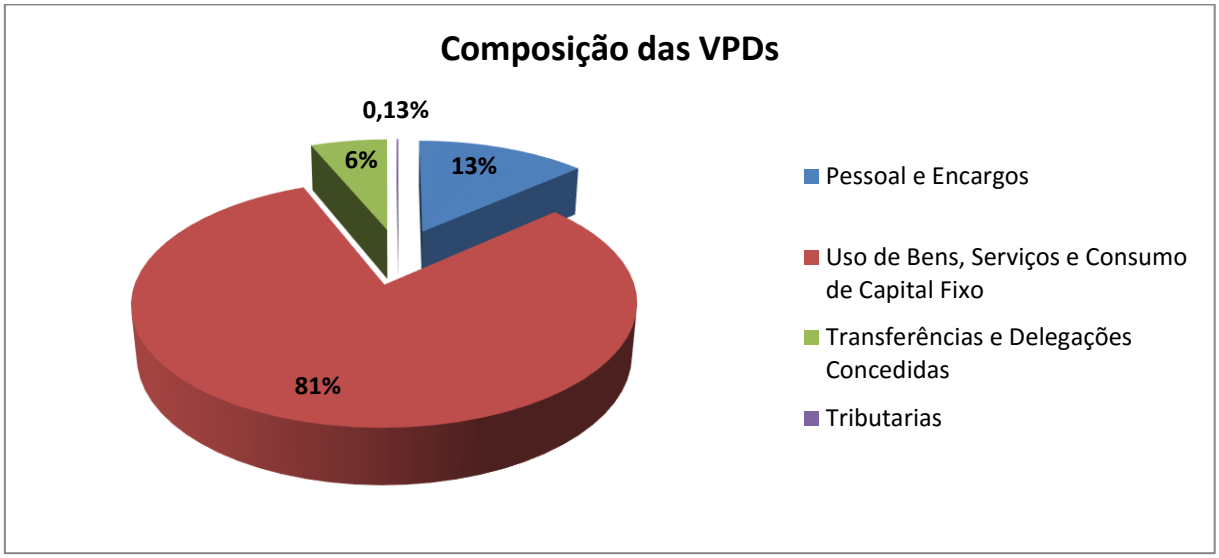
O resultado patrimonial é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD). Cabe ressaltar que VPA e VPD são nomenclaturas utilizadas para definir as receitas e despesas, respectivamente, sob o enfoque patrimonial, sem que sejam confundidas com as receitas e despesas orçamentárias.

As variações aumentativas e diminutivas que ocorreram no patrimônio do Consórcio no exercício de 2018, bem como o resultado patrimonial do período, estão relacionadas no quadro a seguir:

Variações Patrimoniais	Exercício atual	Exercício anterior
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**1.488.594,56**	**866.808,71**
Juros e Encargos de Mora	606.685,23	0
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	534.559,08	866.808,71
Transferências e Delegações Recebidas	**25.517.352,07**	**23.365.787,84**
Transferências de Consórcios Públicos	25.517.352,07	23.365.787,84
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	**297.459,33**	**0**
Ganhos com Incorporação de Ativos	297.459,33	0
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	**27.303.405,96**	**24.232.596,55**
Pessoal e Encargos	**3.757.196,74**	**2.811.249,42**
Remuneração a Pessoal	2.931.814,16	2.060.264,65
Encargos Patronais	818.008,05	669.344,52
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	7.374,53	81.640,25
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**22.535.958,39**	**13.190.079,32**
Uso de Material de Consumo	63.408,20	212.574,38
Serviços	22.472.550,19	12.977.504,94
Transferências e Delegações Concedidas	**1.697.994,48**	**1.543.366,33**
Transferências Intergovernamentais	1.590.274,14	0
Transferências a Instituições Privadas	0	1.543.366,33
Execução Orçamentária Delegada de Entes	107.720,34	0
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	0	7.448.984,07
Desincorporação de Ativos	0	7.448.984,07
Tributarias	**35.235,38**	**145.406,17**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.027,45	3.056,97
Contribuições	32.207,93	142.349,20
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	**28.026.384,99**	**25.139.085,31**
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I - II)	**-722.979,03**	**-906.488,76**

De acordo com a divisão por grupos de contas, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas ficaram distribuídas, em percentuais, da seguinte forma:





Apresentado as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, temos o Resultado Patrimonial deficitário do Período no valor de R$ 722.979,03.

Variações Aumentativas	27.303.405,96
Variações Diminutivas	28.026.384,99
Resultado do Período	**- 722.979,03**

Resultado Patrimonial

A Instituição apresenta um resultado patrimonial de – R$ 722.979,03, no exercício de 2018.

9 - ANÁLISE FINANCEIRA

9.1 - Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, nos termos do artigo 103 da Lei nº 4.320/1964, demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira da entidade do setor público, demonstrando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Segue demonstrada a movimentação financeira consolidada do Consórcio referente ao exercício de 2018:

Ingressos

Saldo do Exercício Anterior: Representa os saldos dos recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo, provenientes do exercício anterior.

Descrição	Exercício de 2018	Exercício de 2017	Variação	Variação%
Saldo do Exercício Anterior	14.862.251,25	9.224.777,01	5.637.474,24	61,11%

Em 2018, o Balanço Financeiro apresenta um Saldo do Exercício Anterior de R$ 14.862.251,25 e, se comparado ao exercício de 2017 de R$ 9.224.777,01, demonstra uma variação positiva de 61.11%.

Receita Orçamentária

Correspondem às disponibilidades de recursos financeiros que ingressam nos cofres públicos, devidamente classificadas na forma da legislação vigente e integram o orçamento público.

As receitas ordinárias compreendem as de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, e as receitas vinculadas compreendem aquelas

cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem. Em 2018, o total da receita orçamentária arrecadada foi no valor de R$ 26.051.911,15.

Abaixo a demonstração das receitas vinculadas e ordinárias transferidas ao Consórcio, dividas por Fonte de Recursos:

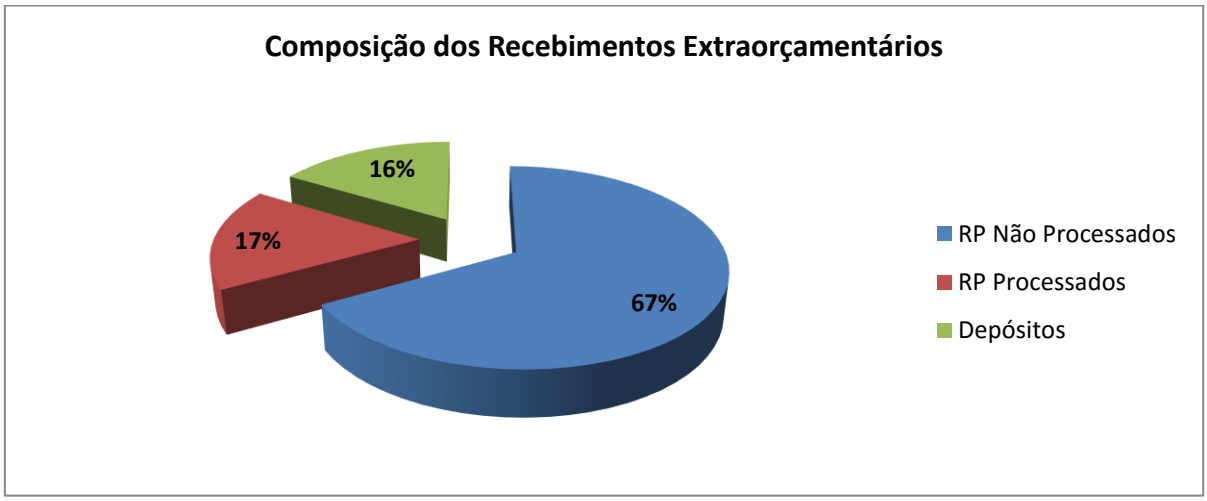
Receitas	Tesouro	Federal	Total	%
Receitas Vinculadas	1.614.918,43	15.741.791,64	17.356.710,07	91%
Receitas Ordinárias	8.695.201,08	0	8.695.201,08	100%
Total	**10.310.119,51**	**15.741.791,64**	**26.051.911,15**	

No quadro acima, a fonte Federal – receitas vinculadas tem a maior representatividade em relação ao total da receita vinculada arrecadada, correspondendo a 91%. Com relação ao outro grupo, as receitas ordinárias na fonte Tesouro correspondem a 100% das receitas ordinárias arrecadadas.

Recebimentos Extraorçamentários

Correspondem a inscrição, no exercício, de Restos a Pagar Processados e Não Processados juntamente com os depósitos extraorçamentários recebidos no período. Os recebimentos desta natureza somaram o valor de R$ 5.169.689,60, sendo R$ 4.076.416,54 de Restos a Pagar e 1.093.273,06 de depósitos extraorçamentário.

Os Restos a Pagar estão segredados em R$ 3.973.043,02 como Restos a Pagar Não Processados e R$ 103.373,52 como Restos a Pagar Processados.



Dispêndios

Despesa Orçamentária

Corresponde a toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária. As despesas ordinárias compreendem as de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades e as despesas vinculadas compreendem aquelas cuja aplicação dos recursos é de acordo com sua origem.

As despesas orçamentárias executadas em 2018 alcançaram o montante de R$ 27.077.608,82

Abaixo a demonstração das despesas vinculadas e ordinárias executadas pelo Consórcio, dividas por Fonte de Recursos:

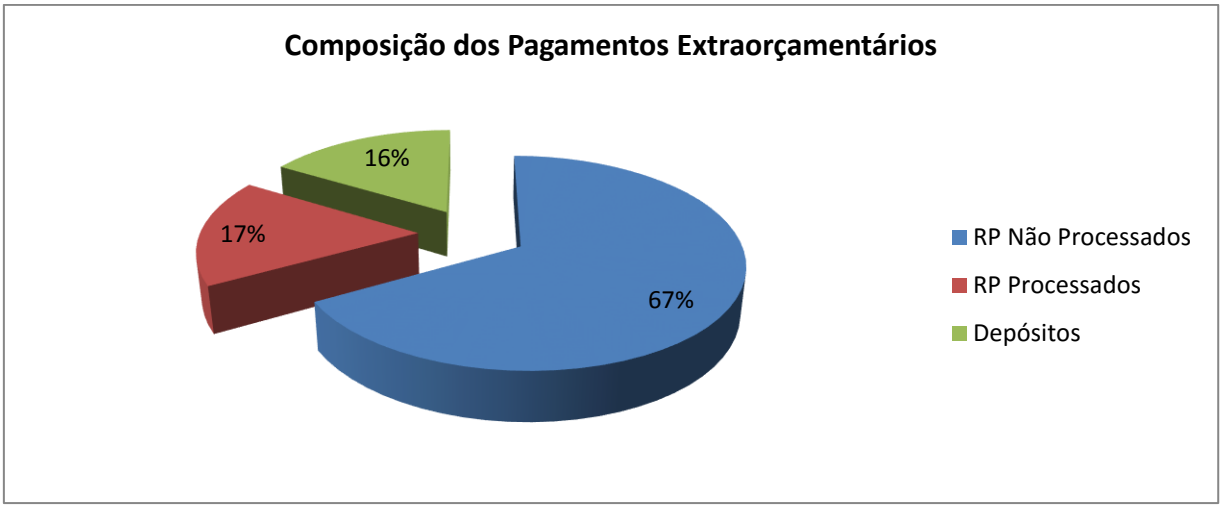
Despesas	Tesouro	Federal	Total	%
Despesas Vinculadas	1.840.614,70	14.818.070,05	16.658.684,75	89%
Despesas Ordinárias	10.418.924,07	0	10.418.924,07	100%
Total	**12.259.538,77**	**14.818.070,05**	**27.077.608,82**	

No quadro acima, a fonte Federal – despesas vinculadas tem a maior representatividade em relação ao total da despesa vinculada, correspondendo a 89%. Com relação ao outro grupo, as despesas ordinárias na fonte Tesouro correspondem a 100% das despesas ordinárias na Fonte Tesouro.

Pagamentos Extraorçamentários

Correspondem ao pagamento, no exercício, de Restos a Pagar Processados e Não Processados bem como as restituições feitas no período. Os pagamentos desta natureza totalizaram o valor de R$ 5.918.881,93, sendo R$ 4.951.288,13 de Restos a Pagar e 967.593,80 de restituições extraorçamentárias do período.

Os Restos a Pagar, por sua vez, estão segredados em R$ 3.957.886,08 como Restos a Pagar Não Processados e R$ 993.402,05 como Restos a Pagar Processados.



Saldo para o Exercício Seguinte: Compreendem os saldos dos recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo, que se transferem para o início do exercício seguinte.

Descrição	Exercício de 2018	Exercício de 2017		Variação	Variação%
Saldo do Exercício Seguinte	13.087.361,25	14.862.251,25	-	1.774.890,00	-11,94%

Em 2018, o Balanço Financeiro apresenta um Saldo para o exercício seguinte de R$ 13.087.361,25 e, se comparado ao exercício de 2017 de R$ 14.862.251,25, demonstra uma variação negativa de 11,94%.

A movimentação de valores ocorrida no Balanço Financeiro possibilita conhecer a situação das disponibilidades do ente público, através da apuração do resultado financeiro do exercício. Os ingressos e os dispêndios se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios.

Segue quadro demonstrando a movimentação financeira ocorrida no Balanço Financeiro, no exercício de 2018:

Histórico	Valor
Saldo Financeiro em 31.12.2017	**14.862.251,25**
Receitas - Repasses	(+) 25.517.352,07
Receitas - Rendimentos	(+) 534.559,08
Receitas - Extraorçamentária	(+) 125.679,26
Despesas Pagas - Empenhos do ano	(-) 23.001.192,28
Despesas Pagas - Restos a Pagar	(-) 4.951.288,13
Saldo Financeiro em 31.12.2018	**13.087.361,25**

Esses valores são mantidos em duas instituições bancárias oficiais de Governo: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Os valores são mantidos na aplicação em Poupança e Fundos de Investimentos com resgate automático.

9.2 - Demonstração Do Fluxo de Caixa

O Fluxo de Caixa demonstra a totalidade de ingressos e desembolsos do caixa e equivalentes de caixa, ocorridos durante o exercício. A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC evidencia as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

- Operacional – compreende o ingresso de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados às ações públicas e demais fluxos que não constem como fluxo financiamento ou de investimento;

- Investimentos – é composto por recursos originados de alienação ou aquisição de ativo não circulante e, ainda, recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos;

- Financiamentos – estão inclusos neste fluxo os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O grupo dos Ingressos das Atividades Operacionais é formado pelos seguintes valores:

Ingressos	**26.961.147,79**
Receitas derivadas e originárias	534.559,08
Transferências correntes recebidas	25.333.315,65
Outros Ingressos Operacionais	1.093.273,06

As Receitas Derivadas e Originárias correspondem aos rendimentos de aplicações financeiras; as Transferências Correntes Recebidas correspondem aos valores recebidos dos entes consorciados mais as transferências recebidas de recursos federais; e Outros Ingressos Operacionais são valores decorrentes das retenções da folha de pagamento e de fornecedores.

O grupo dos Desembolsos das Atividades Operacionais apresenta a seguinte composição:

Desembolsos	28.907.438,01
Pessoal e demais despesas	26.343.570,07
Transferências concedidas	1.596.274,14
Outros Desembolsos Operacionais	967.593,80

Os desembolsos correspondem aos valores pagos de despesas com pessoal, transferências concedidas para execução dos programas de subvenções sociais, despesas extraorçamentárias que correspondem aos pagamentos das retenções e demais despesas.

Assim, o resultado negativo do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais que a instituição apresenta é de (R$ 1.946.290,22) resultado da diferença entre os Ingressos, no valor de R$ 26.691.147,79 e os Desembolsos, no valor de R$ 28.907.438,01.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

O valor de R$ 12.636,20 registrado neste grupo corresponde aos pagamentos referentes a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Consórcio e Centro de Formação da Guarda.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O valor de R$ 184.036,42 corresponde ao valor referente às transferências de Capital recebidas dos Municípios Consorciados.

Caixa e Equivalente de Caixa

Conforme apresentado no grupo de Caixa e Equivalente de Caixa, o saldo em 31.12.2017 era de R$ 14.862.251,25 e em 31.12.2018 foi de R$ 13.087.361,25. Assim, o resultado desta movimentação de caixa está apresentado no quadro a seguir:

Saldo Inicial:	R$ 14.862.251,15
Saldo Final:	R$ 13.087.361,25
Consumo de Caixa:	(R$ 1.774.890,00)

Conforme informado no Balanço Financeiro e no Demonstrativo de Fluxo de Caixa, houve um consumo de caixa no valor de R$ 1.774.890,00, representado pela diferença entre os saldos em 31.12.2017 e 31.12.2018.

Receitas Derivadas e Originárias

No quadro de Receitas Derivadas e Originárias o valor de R$ 534.559,08 representa os rendimentos de aplicações financeiras dos recursos de origem Tesouro e Federal.

Fontes	Rendimentos
Fonte Tesouro	427.274,88
Fonte Federal	107.284,20
Total	**534.559,08**

Transferências Recebidas e Concedidas

No quadro Transferências Recebidas e Concedidas demonstra o valor das transferências correntes recebidas da União e dos Municípios consorciados no montante de R$ 25.333.315,65, bem como as transferências concedidas em 2018, tanto dos empenhos do exercício, como também dos restos a pagar, decorrentes dos Programas de subvenções sociais celebrados entre o consórcio e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, no valor de R$ 1.590.274,14, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Transferências Correntes Recebidas	Valores
da União	15.741.791,64
de Municípios	9.591.524,01
Total	**25.333.315,65**
Transferências Concedidas	**Valores**
Programa Casa Abrigo	1.382.190,00
Programa Saúde	208.084,14
Total	**1.590.274,14**

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

Este quadro representa os pagamentos, de empenhos como também dos restos a pagar, realizados no exercício de 2018 referentes as despesas correntes da modalidade “aplicações diretas”, divididos por função:

Função	Valores
Administração	10.145.542,24
Segurança Pública	146.805,93
Assistência Social	90,00
Trabalho	168.000,00
Urbanismo	66.257,20
Comunicações	22.112,59
Transporte	15.794.762,11
Total dos Desembolsos por Função	**26.343.570,07**

Resultado Financeiro

A geração líquida de Caixa e Equivalente de Caixa para o exercício de 2018 foi negativa em R$ 1.774.890, de acordo com o resumo a seguir:

Fluxo de Caixa Líquido das Atividades	Valores
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	-1.946.290,22
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	-12.636,20
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	184.036,42
Total	**-1.774.890,00**

10 - ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

O orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, possibilitando o objetivo estatal do bem comum. Funciona como elo entre o planejamento e a execução física e financeira das ações do governo, buscando atender aos objetivos e metas estabelecidos.

O orçamento do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, para o exercício de 2018, estimou a receita e fixou a despesa no valor inicial de R$ 38.189.684,73. Foi composto pela previsão de repasses dos entes consorciados, bem como a previsão de repasses de fontes externas.

Receita Total Orçada

A receita total do Consórcio foi orçada segundo suas categorias econômicas, Receitas Correntes e Receitas de Capital, e apresentou as seguintes estimativas para o exercício de 2018:

RECEITAS	Previsão da Receita
TRANSFERÊNCIA RATEIO	6.462.145,72
TRANSFERÊNCIA PARCELAMENTOS	6.522.990,52
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00
TRANSFERÊNCIA CASA ABRIGO	1.544.000,00
TRANSFERÊNCIA FUNCRAF	300.000,00
TRANSFERÊNCIA CENTRO DE FORMAÇÃO DA GUARDA	735.000,00
Total Tesouro	**15.564.136,24**
FONTE FEDERAL	23.015.951,02
FONTE ESTADUAL	3.090.235,02
Total Fonte Externa	**26.106.186,04**
TOTAL GERAL (Fonte Tesouro + Fonte Externa)	**41.670.322,28**

Despesa Total Fixada

A despesa total do Orçamento foi fixada para o exercício de 2018 da seguinte forma:

DESPESAS	Previsão da Despesa
MANUTENÇÃO GERAL DO CONSÓRCIO	4.694.815,49
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	4.315.822,06
AÇÕES DE ARTICULAÇÃO FEDERATIVA	298.000,00
PROJETO CASA ABRIGO	1.544.000,00
FORTALECER O SISTEMA REGIONAL DE SAÚDE	300.000,00
CENTRO DE FORMAÇÃO REGIONAL DAS GUARDAS CIVIS	706.000,00
SISTEMA DE ALERTA E MONITORAMENTO DE RISCOS	220.000,00
PLANO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	4.411.763,13
FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE ARTICULAÇÃO REGIONAL	971.498,69
Total Tesouro	**17.461.899,37**
PLANO REGIONAL DE MACRO E MICRODRENAGEM	3.434.235,02
MOBILIDADE URBANA, TRANSPORTE COLETIVO REGIONAL	23.015.951,02
Total Federal	**26.450.186,04**
TOTAL GERAL (Fonte Tesouro + Fonte Externa)	**43.912.085,41**

Execução da Receita Orçamentária

As Receitas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Consórcio em suas ações.

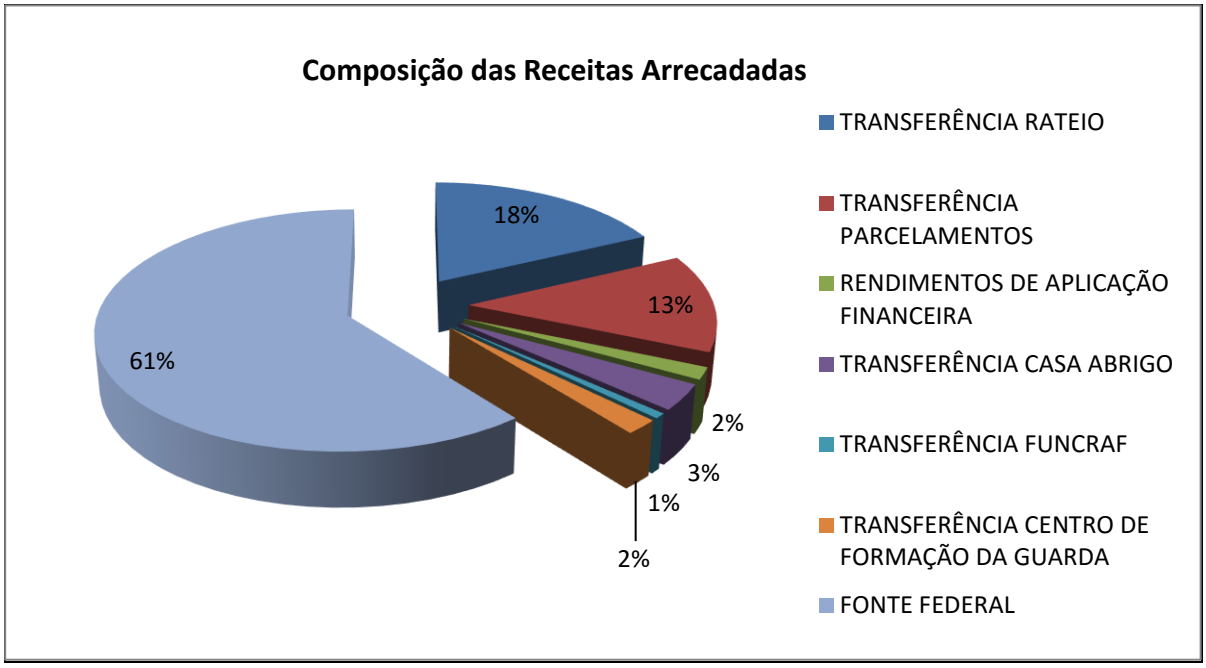
No exercício de 2018, a receita orçamentária realizada alcançou o montante de R$ 26.051.911,15, resultado da arrecadação de 62,52% das receitas previstas, logo, uma arrecadação inferior à previsão.

A frustração de receitas no montante de R$ 15.618.411,13, em termos percentuais representa uma arrecadação 37,48% inferior à previsão inicial, conforme demonstração a seguir:

Previsão da Receita	Receita Arrecadada	Saldo	%
41.670.322,28	26.051.911,15	-15.618.411,13	-37,48%

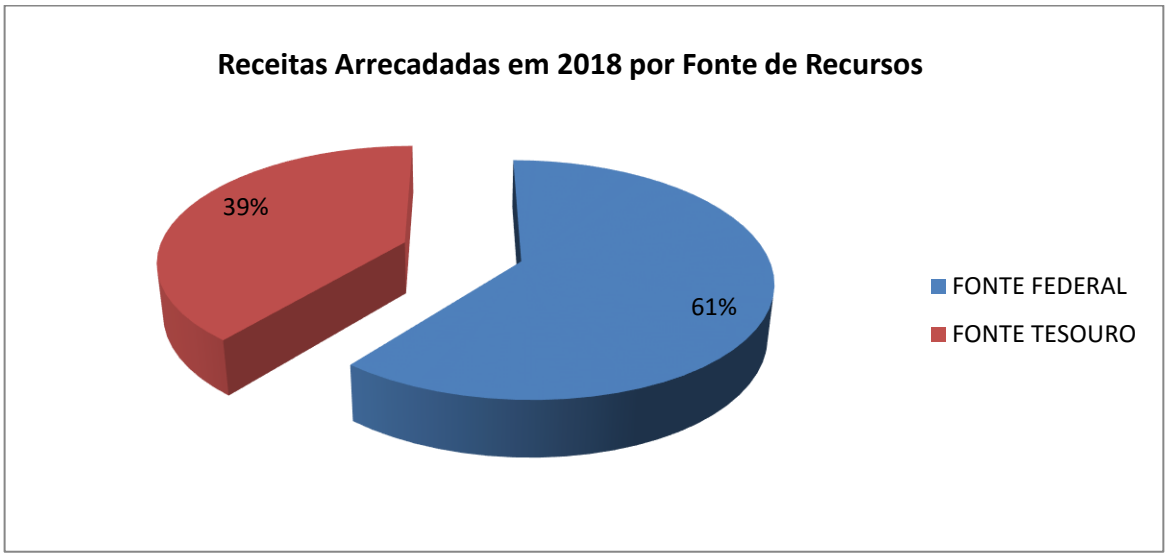
As receitas realizadas são resultadas das transferências decorrentes dos Contratos de Rateio, bem como os valores repassados para os Programas e Termo de Compromisso celebrado com o Ministério das Cidades. A composição das receitas realizadas está demonstrada no quadro e gráfico a seguir:

Itens	Previsão da Receita	Receita Arrecadada	Saldo
TRANSFERÊNCIA RATEIO	6.462.145,72	4.686.978,49	-1.775.167,23
TRANSFERÊNCIA PARCELAMENTOS	6.522.990,52	3.469.630,83	-3.053.359,69
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	427.274,88	427.274,88
TRANSFERÊNCIA CASA ABRIGO	1.544.000,00	914.634,78	-629.365,22
TRANSFERÊNCIA FUNCRAF	300.000,00	183.462,12	-116.537,88
TRANSFERÊNCIA CENTRO DE FORMAÇÃO DA GUARDA	735.000,00	520.854,21	-214.145,79
Total Tesouro	**15.564.136,24**	**10.202.835,31**	**-5.361.300,93**
FONTE FEDERAL	23.015.951,02	15.849.075,84	-7.166.875,18
FONTE ESTADUAL	3.090.235,02	0,00	-3.090.235,02
Total Fonte Externa	**26.106.186,04**	**15.849.075,84**	**-10.257.110,20**
TOTAL GERAL (Fonte Tesouro + Fonte Externa)	**41.670.322,28**	**26.051.911,15**	**-15.618.411,13**



Receitas por Fontes de Recursos

A classificação das Receitas por Fonte de Recursos permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa. A execução orçamentária de 2018 apresentou os seguintes valores de acordo com suas Fontes:



Observa-se que a maior concentração da receita por Fonte de Recursos está no Federal e equivale a 61% do total da receita realizada.

Execução da Despesa Orçamentária

Despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial. O conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade é denominado de despesa orçamentária pública.

A classificação da despesa orçamentária por natureza tem a seguinte composição:

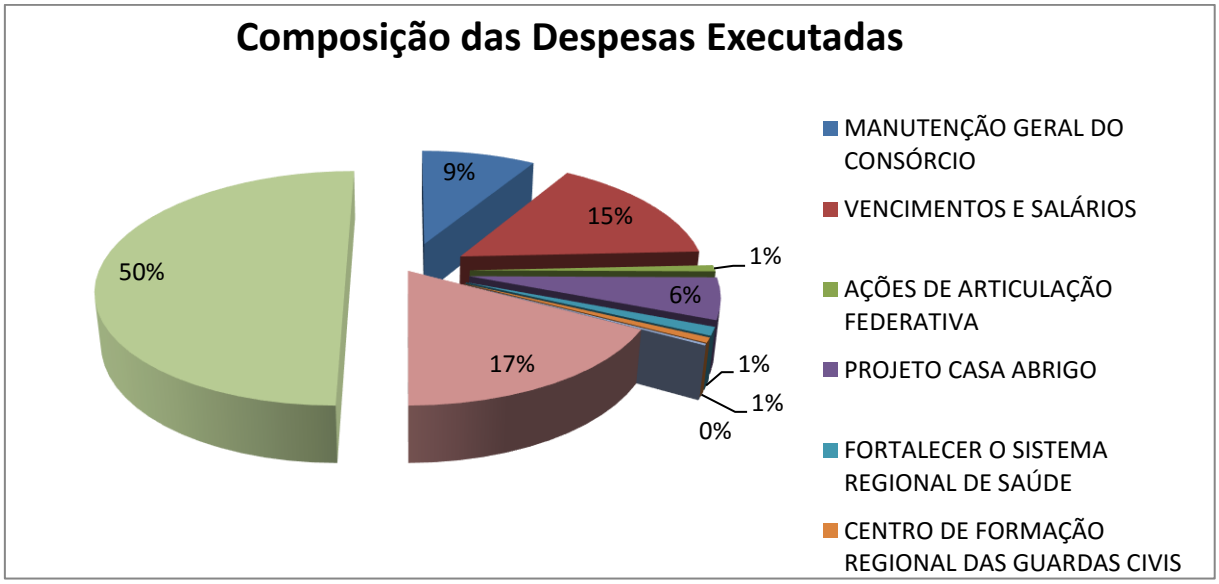
I) Categoria Econômica
II) Grupo de Natureza de Despesa
III) Elemento de Despesa

No exercício de 2018, a despesa orçamentária foi executada conforme quadro abaixo:

DESPESAS	Previsão da Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
MANUTENÇÃO GERAL DO CONSÓRCIO	4.694.815,49	2.145.141,83	1.866.754,76	1.836.251,83
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	4.315.822,06	3.804.498,83	3.797.461,24	3.727.265,58
AÇÕES DE ARTICULAÇÃO FEDERATIVA	298.000,00	215.588,11	176.515,95	175.201,16
PROJETO CASA ABRIGO	1.544.000,00	1.393.388,10	1.322.243,77	1.322.243,77
FORTALECER O SISTEMA REGIONAL DE SAÚDE	300.000,00	280.528,25	161.843,22	161.843,22
CENTRO DE FORMAÇÃO REGIONAL DAS GUARDAS CIVIS	706.000,00	166.398,35	139.695,80	139.532,86
SISTEMA DE ALERTA E MONITORAMENTO DE RISCOS	220.000,00	58.128,34	52.096,90	52.096,90
PLANO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	4.411.763,13	4.186.083,05	4.180.896,62	4.180.059,42
FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE ARTICULAÇÃO REGIONAL	971.498,69	9.783,91	9.783,91	9.423,91
Total Tesouro	**17.461.899,37**	**12.259.538,77**	**11.707.292,17**	**11.603.918,65**
PLANO REGIONAL DE MACRO E MICRODRENAGEM	3.434.235,02	-	-	-
MOBILIDADE URBANA, TRANSPORTE COLETIVO REGIONAL	23.015.951,02	14.818.070,05	11.397.273,63	11.397.273,63
Total Federal	**26.450.186,04**	**14.818.070,05**	**11.397.273,63**	**11.397.273,63**
TOTAL GERAL (Fonte Tesouro + Fonte Externa)	**43.912.085,41**	**27.077.608,82**	**23.104.565,80**	**23.001.192,28**

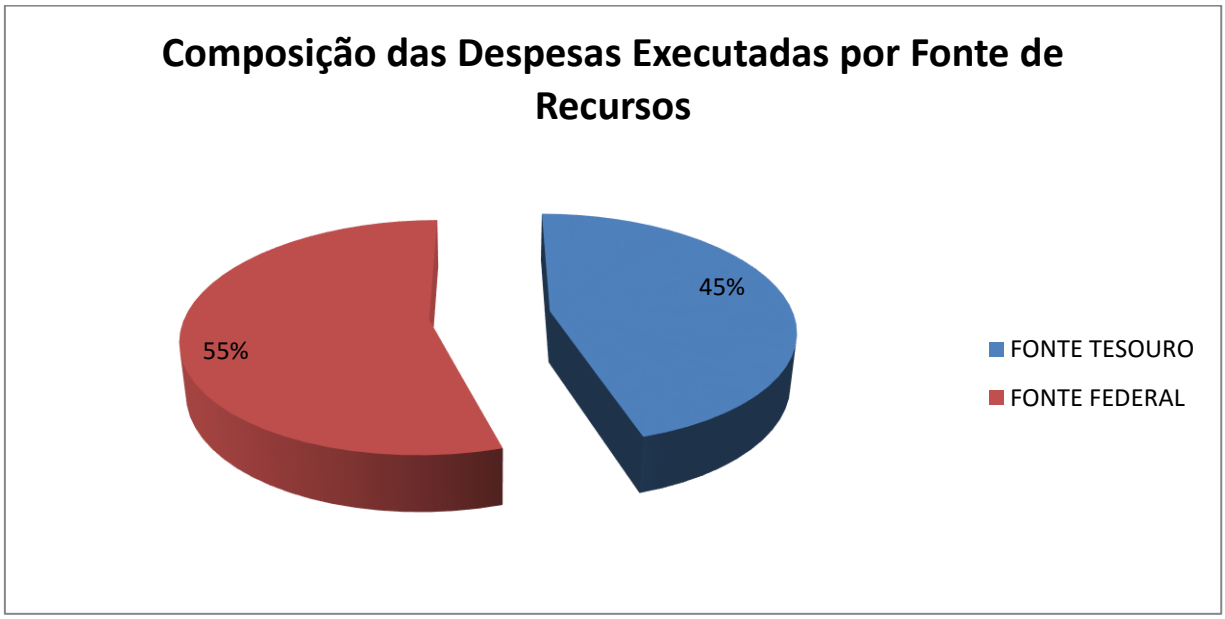
A despesa foi prevista no valor de R$ 43.912.085,41, contudo a despesa foi executada no valor de R$ 27.077.608,82. Dos créditos empenhados, foram liquidados o montante de R$ 23.104.565,80 e destes, foi pago um valor de R$ 23.001.192,28.

A composição das despesas executadas, na Fonte Tesouro, está demonstrada no gráfico a seguir:



Despesas por Fontes de Recursos

A execução orçamentária de 2018 apresentou os seguintes valores de acordo com as seguintes Fontes de Recursos:



Resultado Orçamentário

A análise do Balanço Orçamentário tem como objetivo apresentar indicadores que servirão de suporte para a análise da gestão orçamentária. Neste sentido, apresenta-se alguns indicadores de gestão orçamentária, conforme seguem:

- **Excesso/Insuficiência de Arrecadação:** uma diferença a maior ou a menor entre as colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada corresponde a uma insuficiência ou a um excesso de arrecadação ocorrido no exercício. Analisando o Balanço Orçamentário, observa-se uma **Insuficiência de Arrecadação** no montante **de R$ 15.618.411,13**, decorrente do confronto entre a arrecadação e a previsão da Receita Orçamentária.

- **Economia na realização de despesa:** a diferença a maior entre os valores da Dotação Atualizada e da Despesa Empenhada corresponde a uma economia na realização de despesa, pois parte da dotação autorizada não foi utilizada para a execução de despesas. Observa-se uma **Economia** na realização da despesa de **R$ 16.834.476,59,** decorrente do confronto entre a Previsão da Despesa atualizada (43.912.085,41) e a Despesa Executada (27.077.608,82).

- **Déficit ou Superávit da Execução Orçamentária:** a diferença entre os valores da Despesa Empenhada e a Receita Arrecadada. Observa-se neste exercício, um **Déficit Orçamentário** no

valor de **R$ 1.025.697,67** decorrente do confronto entre a Despesa Empenhada de R$ 27.077.608,82 e a Receita Arrecadada no valor de R$ 26.051.911,15.

Déficit Orçamentário	**Despesa Empenhada** 27.077.608,82	**Receita Arrecadada** 26.051.911,15	**1.025.697,67**

- **Inscrição de Restos a Pagar Processados:** a diferença entre a Despesa Liquidada e a Despesa Paga.

Restos a Pagar Processados	**Despesa Liquidada** 23.104.565,80	**Despesa Paga** 23.001.192,28	**103.373,52**

Assim, a diferença entre a despesa liquidada e a despesa paga, resultou na inscrição de R$ 103.373,52 de Restos a Pagar Processados em 2018.

- **Inscrição de Restos a Pagar Não Processados:** a diferença entre a Despesa Empenhada e a Despesa Liquidada.

Restos a Pagar Não Processados	**Despesa Empenhada** 27.077.608,82	**Despesa Liquidada** 23.104.565,80	**3.973.043,02**

Assim, a diferença entre a despesa empenhada e a despesa liquidada, resultou na inscrição de R$ 3.973.043,02 de Restos a Pagar Não Processados em 2018.

11 - CONCLUSÃO

Com esses dados, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC conclui a apresentação dos dados do exercício de 2018 atendendo as Instruções nº 02/2016, artigo 48, inciso I submetendo à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Santo André, 25 de março de 2019.

ADRIANA MARIA DA COSTA FERREIRA
Controle Interno

EDUARDO BARROS DE MOURA
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
RESPONDENDO INTERINAMENTE PELA SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSÓRCIO